



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO À UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROCURADORES PF-UFES

PARECER n. 360/2021/PROC UFES/PFUFES/PGF/AGU

NUP: 23068.043639/2021-33

INTERESSADOS: ADRIANA MADEIRA ALVARES DA SILVA

ASSUNTOS: CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS

EMENTA: CONTRATO COM FUNDAÇÃO DE APOIO E ÓRGÃO PÚBLICO PARA FINANCIAMENTO DE PROJETO DE PESQUISA. LEI 8.958/94, DECRETO 7.423/10 E RESOLUÇÃO Nº 46/2019 DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. SEM ÓBICE JURÍDICO DESDE QUE OBSERVADA E CUMPRIDA A ORIENTAÇÃO DESTES PARECER. ESTE PARECER NÃO SUPRE A NECESSIDADE DE DECISÃO EXPRESSA DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE, NOS TERMOS DO ART. 48 DA LEI Nº 9.784/1999. AS CONSIDERAÇÕES TECIDAS RESTRINGEM-SE AO EXAME DO ASPECTO JURÍDICO-FORMAL DO PROCESSO, NÃO ADENTRANDO NAS QUESTÕES TÉCNICAS, TAMPOUCO AS DE OPORTUNIDADE, CONVENIÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO, POR NÃO SEREM DE COMPETÊNCIA DESTA PROCURADORIA.

Senhor Procurador Chefe:

I - RELATÓRIO.

1. Trata-se de análise de minuta de CONTRATO a ser celebrado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES e a fundação de apoio FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (Sequencial 40 - Lepisma).
2. Consta na CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, que o CONTRATO tem como objeto *"a regulamentação da atuação da fundação na prestação de apoio, planejamento e execução de ações que permitam a realização do projeto de pesquisa denominado "SOMA-SI: Um programa de Autogerenciamento do Bem-Estar a partir da análise do Estresse de Agentes da Segurança Pública do Espírito Santo", doravante denominado PROJETO, no âmbito do Contrato firmado, entre a FUNDAÇÃO DE APOIO e a Secretaria de Segurança Pública/ES, doravante denominada SESP, bem como manifestar a anuência da UNIVERSIDADE para com o Contrato supra referido"* (Sequencial 40 - Lepisma).
3. Consta na CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA: *"O presente CONTRATO terá a duração de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura."* (Sequencial 40 - Lepisma).
4. Consta nos autos Projeto Básico (Sequencial 5 - Lepisma), que descreve a justificativa do referido Projeto de Pesquisa: *"5. JUSTIFICATIVA DO PROJETO Considerando os fatores de risco aos quais os policiais estão expostos no cotidiano da profissão e sua vulnerabilidade para o desenvolvimento de transtornos relacionados ao estresse, conforme demonstrado pela literatura elencada anteriormente, esta proposta se justifica como uma pesquisa-ação técnica com o objetivo de levantar dados e informações sobre o estresse e, em uma subamostra, sobre os aspectos cardiológico, nutricional e psicológico de policiais das forças de segurança pública do estado do Espírito Santo, e de propor intervenções para melhorar o bemestar destes servidores. A temática deste projeto tem relação com as temáticas das atividades de pesquisa e ensino desenvolvidas por docentes proponentes e por alunos(as) com vinculação aos Programas de Pós-Graduação em Biotecnologia, Pós-Graduação em Psicologia e Ciências Sociais e às Graduações em Psicologia e Serviço Social e Medicina. Além disso, esta proposta se justifica pela necessidade de atender a demanda da Comissão Permanente de Atenção à Saúde dos Profissionais de Segurança Pública, Defesa Social e Justiça do ES - COPAS, com informações científicas acerca das condições de saúde no trabalho dos servidores das forças de segurança, defesa social e justiça que atuam no Estado do Espírito Santo. Tais informações, obtidas por meio de levantamento de dados primários e secundários, são relevantes para a tomada de decisão apoiada em evidência científica e para a melhoria da qualidade de vida dos servidores que atuam no Espírito Santo, o que se refletirá em melhores condições de trabalho, aumento de produtividade, economicidade e melhora da qualidade dos serviços de segurança pública ofertados no ES. A COPAS objetiva fomentar ações que visem à preservação e valorização da vida, a segurança no trabalho, buscando garantir e implementar os direitos humanos fundamentais e a dignidade dos profissionais de segurança pública, defesa social e justiça. Para tal, a COPAS tem buscado desenvolver pesquisas com os profissionais das áreas de interesse com o intuito de ampliar o conhecimento e, com isso, subsidiar ações que tenham impacto positivo sobre a qualidade de vida das forças de segurança, defesa social e justiça que atuam no Estado do Espírito Santo."*
5. Consta nos autos Checklist: *"Sugere-se o encaminhamento do processo para análise e parecer jurídico sobre a formalização de contrato com fundação de apoio, conforme a instrução*

processual abaixo: DOCUMENTO LOCALIZAÇÃO 1 Projeto Acadêmico Seq. 01 e 21 2 Projeto Básico de Contratação de Fundação de Apoio assinado pela coordenação do projeto e fiscal Seq. 05 3 Metas quantificadas Seq. 05 - Item 07 4 Identificação precisa dos bolsistas no projeto contendo nome, SIAPE, CPF A ser selecionado - proc. seletivo descrito no seq. 32 5 Justificativa de Interesse Institucional para a contratação de fundação de apoio pelo coordenador Seq. 05 - Item 13 6 Planilha de Receitas e Despesas detalhada contendo orçamentos que expressem custos unitários e metodologia de cálculo (Acórdão 9604/2017-TCU 2ª Câmara) Seq. 35 7 Planilha de pesquisa de preço das fundações de apoio contendo o detalhamento da Despesas Operacional Administrativa/DOA a ser cobrado e justificativa para ausência de orçamento Seq. 15 e 34 8 Declaração de compatibilidade de mercado - DOA Seq. 16 9 Cronograma físico-financeiro contendo etapas, prazos e recursos (Acórdão 9604/2017-TCU 2ª Câmara) Seq. 36 10 Aprovação do Departamento proponente - por ad referendum Seq. 03 11 Aprovação do Conselho Departamental do respectivo Centro - ata assinada pelo secretário e presidente da sessão ou por ad referendum Seq. 25 12 Aprovação da Pró-Reitoria pertinente - ata assinada pelo secretário e presidente da sessão ou por ad referendum Seq. 20 13 Registro do Projeto na Pró-Reitoria de Origem Seq. 33 14 Parecer do DIT/PRPPG Seq. 30 15 Justificativa de Interesse Institucional emitida pela Pró-Reitoria pertinente (assinada via lepisma) Seq. 13 16 Declaração de não contratação de familiares, salvo mediante processo seletivo, de acordo com o Decreto 7203/2010 Seq. 07 17 Declaração de observância ao § 3º do Art. 6º do Decreto nº. 7.423/2010 referente a participação de no mínimo de 2/3 de participantes vinculados à UFES Seq. 06 18 Declaração de observância ao § 4º do Art. 7º do Decreto nº. 7.423/2010 referente ao teto constitucional para a remuneração Seq. 08 19 Relação dos servidores/acadêmicos que atuarão no projeto Seq. 05 - Item 22 20 Documento indicando a origem dos recursos do projeto Seq. 38 e 37 21 Autorização para Desempenho de Atividades assinada por cada docente e técnico administrativo relacionado no projeto básico e a respectiva chefia imediata Seq. 14 22 Autorização para isenção parcial ou total do ressarcimento à UFES (3%) Não se aplica 23 Autorização para isenção parcial ou total do ressarcimento ao DEPE (10%) Não se aplica 24 Minuta de Ato de Dispensa de Licitação e de Ato de Ratificação Seq. 39 25 Minuta do contrato Seq. 40." (Sequencial 41 - Lepisma)

6. O pedido de exame fundamenta-se no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*: "As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração."

7. É a síntese do necessário.

II - FUNDAMENTAÇÃO.

Dos Limites da Análise e Manifestação Jurídica

8. Destaca-se que a presente manifestação limitar-se-á aos aspectos jurídicos da matéria ora proposta e de sua regularidade processual, abstendo-se quanto às outras questões não ventiladas ou aos aspectos técnicos, administrativos, econômicos e financeiros ou que exijam exercício da conveniência e discricionariedade administrativas, bem como verificação e conferência de cálculos e valores, os quais não competem à Procuradoria, mas aos serviços técnicos competentes da Administração.

9. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir à autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados.

10. Presume-se, então, que todas as especificações tenham sido regularmente apuradas pela unidade competente e conferidas pela autoridade da contratação, o que, contudo, não é óbice para emissão de eventuais alertas, por essa Procuradoria, sobre tais aspectos, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

III - ANÁLISE JURÍDICA.

11. O contrato tem como objeto o financiamento de Projeto de Pesquisa, com base na Lei 8.958/94, Decreto 7.423/10 e **Resolução nº 46/2019** do Conselho Universitário da UFES (CONSUNI). As partes deverão observar e cumprir rigorosamente a legislação, *verbis*:

Lei n º 8.958/94

Art. 1 º As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e as demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, de que trata a Lei n o 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do caput do art. 24 da Lei n o 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com fundações instituídas com a finalidade de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos. (Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)

Decreto n º 7.423/10

Art. 1º A caracterização das fundações a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, como fundação de apoio a Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, é condicionada ao prévio registro e credenciamento, por ato conjunto dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos do inciso III do art. 2º da referida Lei e da regulamentação estabelecida por este Decreto.

Parágrafo único. A fundação registrada e credenciada como fundação de apoio visa dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo.

Resolução nº 46/2019 do CONSUNI:

Art. 1º A celebração de contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados entre a Universidade Federal do Espírito Santo e as fundações de apoio, com amparo nas Leis nº 8.958/1994 e nº 13.243/2016, e nos Decretos nº 7.423/2010, nº 8240/2014, nº 8241/2014 e nº 9.283/2018, rege-se pelo que estabelece esta Resolução.

Art. 2º A Universidade poderá celebrar com fundações de apoio contratos, convênios e instrumentos congêneres, acordos ou ajustes individualizados, nos termos das leis que disciplinam a matéria, visando à contratação/prestação de serviço de apoio a seus projetos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e inovação.

Art. 3º Os projetos de pesquisa, ensino, extensão, inovação e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de prestação de serviços tecnológicos poderão ser apoiados ou desenvolvidos em parceria com fundações de apoio, desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - aprovação prévia:

a. pela Câmara Departamental e Conselho Departamental ou Programa de Pós-graduação e Conselho Departamental do respectivo centro, no caso de Projetos originados nas unidades de ensino. Quando o Projeto for originado pela Direção do Centro a aprovação será somente do Conselho Departamental;

b. pelo respectivo conselho deliberativo, nos casos de projetos originados em órgãos suplementares e coordenados por servidores técnico-administrativos, podendo a aprovação, nesse caso, ser substituída por decisão monocrática do titular do órgão;

c. pela câmara departamental pertinente, nos casos de projetos coordenados por docentes integrantes de órgãos suplementares;

d. pela respectiva câmara ou órgão, nos casos de projetos originados em pró-reitorias, podendo a aprovação, nesse caso, ser substituída por decisão monocrática do pró-reitor;

II - registro na pró-reitoria à qual o projeto está vinculado, manifestação de interesse institucional e enquadramento final pelo pró-reitor em uma das categorias de projeto previstas no art. 1º da Lei nº 8.958/1994 e na Lei de Inovação;

III - atendimento aos requisitos formais estabelecidos no Manual de Elaboração e Modificação de Contratos com Fundação de Apoio verificados pela Proad ou pelo setor por esta designado §1º O registro e o acompanhamento dos projetos caberão à respectiva pró-reitoria, a saber:

a. projeto de ensino de graduação: Prograd;

b. projeto de ensino de pós-graduação, pesquisa, tecnologia e inovação: PRPPG;

c. projeto de extensão: Proex;

d. projeto de desenvolvimento institucional: Proplan.

12. Observa-se que a FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST é uma instituição jurídica de Direito Privado, que goza de autonomia financeira, patrimonial e administrativa, de interesse público e coletivo, sem fins lucrativos, com atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa e transferência de conhecimento, ao desenvolvimento institucional, tecnológico e à proteção e preservação do meio

ambiente, conforme precípua o art. 1º de seu Estatuto.

13. A Fundação em comento possui importante papel incentivador nas atividades educacionais da UFES, sendo eleita para gerir os Contratos cujo objeto primordial é a realização de Projetos de Extensão. Desta feita, a prestação de apoio não se compara à prestação de serviço, pois não subsiste nenhum interesse econômico a ser suprido. Verdadeiramente, tem por escopo a melhor atuação dos entes públicos, empregando-se mais efetividade às atividades de cunho educativo e social, no termos da Lei 8.958/1994 e do Decreto nº 5.205/2004.

14. Vem a calhar neste contexto as lições da Professora Maria Sylvia Zanella Di Pietro, que conceitua fundações instituídas pelo Poder Público como sendo:

“... o patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de auto-administração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei.”

15. Recomendamos a essencial efetivação do ACÓRDÃO Nº 9.604/2017 - TCU - 2ª Câmara do TCU de 07/11/2017, específico para a UFES, dentre os quais, sem prejuízo de outros constantes do referido julgado:

a) consoante o art. 55, inciso IV, da Lei 8.666/93, o cronograma físico-financeiro da execução do serviço é peça obrigatória do contrato com as Fundações, a ser definido em cláusula específica; assim, caso não exista nestes autos, deve ser providenciado.

b) a transferência de recursos à Fundação contratada deve observar a compatibilidade entre os serviços executados e o cronograma físico-financeiro acordado entre as partes, o qual deve ser juntado aos autos.

c) é ilegal deixar de exigir a apresentação de prestações de contas parciais relativamente a contratos de gerenciamento de projetos que envolvam repasses durante a sua vigência de parcelas autônomas, independentes, entendidas como as repassadas para uma determinada fase, módulo ou período do curso (semestre, ano, etc.), tais como, por exemplo, os cursos de ensino a distância, por configurar transgressão ao art. 11, §1º, do Decreto 7.423/2010

IV - CONCLUSÃO.

16. Em conclusão, a Procuradoria Federal não detém conhecimento técnico ou competência para aferir a totalidade dos dados insertos, alertando que compete exclusivamente à área técnica verificar, com precisão, se as informações e/ou valores, atendem aos interesses do Projeto e à própria Universidade.

17. De modo que atendidas as recomendações constantes deste parecer não vislumbro óbice jurídico à celebração de CONTRATO entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES e a fundação de apoio - FUNDAÇÃO ESPÍRITO SANTENSE DE TECNOLOGIA - FEST (Sequencial 40 - Lepisma).

18. Cumpridas as recomendações ou afastadas de forma motivada, não haverá necessidade de nova manifestação desta Procuradoria, nos termos da instrução n.º 05, do Manual de Boas Práticas Consultivas da AGU.25. 32.

19. Este Parecer não supre a necessidade de decisão expressa da autoridade administrativa competente, nos termos do art. 48 da Lei no 9.784/1999, pois as considerações tecidas restringem-se ao exame do aspecto jurídico-formal do processo, não adentrando nas questões técnicas, tampouco as de oportunidade, conveniência e formalização do instrumento, por não serem de competência desta Procuradoria.

À consideração superior.

Vitória, 30 de agosto de 2021.

**OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO
PROCURADOR FEDERAL**

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23068043639202133 e da chave de acesso fffaec18



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
OSWALDO HORTA AGUIRRE FILHO - SIAPE 6296818
Procuradoria Federal - PF
Em 30/08/2021 às 19:25

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/258836?tipoArquivo=O>